



PROGRAMA DO PSTU PARA O RIO GRANDE DO SUL 2022

Governadora
**REJANE
DE OLIVEIRA**
VICE **VERA ROSANE**

SENADORA
**Fabiana
Sanguiné**

**CHEGA DE GOVERNAR PARA OS RICOS!
POR UM RIO GRANDE
SOCIALISTA, GOVERNADO
PELOS TRABALHADORES**

Sumário

INTRODUÇÃO	3
A FOME E O DESEMPREGO AVANÇAM: A DESIGUALDADE EM PROVEITO DOS BILIONÁRIOS	6
POR UM PLANO DE OBRAS PÚBLICAS	9
A ABSURDA DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL	11
SAÚDE DOS TRABALHADORES NO BRASIL E RS	13
AGRONEGÓCIO: A URGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA	18
CONTRA AS OPRESSÕES E PELA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O CAPITALISMO OPRESSOR	22
DEFENDER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	28
SEGURANÇA PÚBLICA SOB CONTROLE DAS COMUNIDADE. NÃO À REPRESSÃO POLICIAL	32
EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO	37
JUVENTUDE	40
MEIO AMBIENTE: A DEVASTAÇÃO CONTINUARÁ ENQUANTO QUEM COMANDAR FOR O LUCRO	43

SÓ UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES PODE ENFRENTAR A FOME E A MISÉRIA QUE SE ESPALHAM PELO RIO GRANDE DO SUL E O BRASIL

A realidade vivida hoje por milhões de pessoas no Brasil e no Rio Grande do Sul é desesperadora. O aumento da fome, do desemprego, da miséria, da violência e da opressão é o retrato da desgraça que o capitalismo reserva cada vez mais à imensa maioria de nosso povo. Semelhante ao que ocorre em todo o país, algumas megamilionárias empresas capitalistas se apropriam da riqueza produzida diariamente pela classe trabalhadora e, para garantir seus lucros gigantescos, impõem sofrimentos cada vez mais pesados por todos os cantos do nosso Estado.

Enquanto essa minoria que acumula a riqueza e age como parasita do trabalho alheio e das finanças públicas continuar governando não haverá condições dignas de vida ao povo gaúcho. Pelo contrário: a superexploração, as opressões e as injustiças mais cruéis continuarão a crescer em virtude da crise que vive o capitalismo em nível mundial.

A fome já atinge mais de um milhão de gaúchos. Em média, mais de 20 pessoas tem sido encontradas por mês em condições análogas à escravidão no Rio Grande do Sul! No Brasil hoje há um número maior de pessoas nessas condições do que na própria época da escravidão. Empresas como a ECOSUL, que ganhou concessão após a privatização das rodovias, são campeãs em termos de taxa de exploração de seus trabalhadores. O crescimento do agronegócio, sempre favorecido por isenções tributárias, faz aumentar o desemprego e a concentração de terra, destrói a natureza e ainda avança sobre os territórios indígenas e quilombolas. Recursos bilionários provindos dos impostos dos gaúchos – e que deveriam garantir saúde, educação, habitação, emprego, moradia, etc – são usados para favorecer empresas de lucros gigantescos, como Randon, Gerdau, Panvel, Zaffari, Marcopolo.

As políticas e reformas adotadas pelos governos burgueses de Bolsonaro e Eduardo Leite aprofundaram a desigualdade social, a espoliação e a destruição de direitos dos trabalhadores. Por trás desses governos estão apenas os interesses dos banqueiros, do agronegócio, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Mesmo durante a pandemia, o número de bilionários e suas fortunas só aumentaram!

As reformas trabalhista e previdenciária, juntamente com a precarização cada vez maior das condições de trabalho, geraram lucros extraordinários aos capitalistas. Cada passo do governo Leite foi sempre decidido por essa ótica: retorno ao pagamento da dívida com a União, adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, privatização da CEEE e Corsan, fim do plano de carreira da educação pública, congelamento salarial do funcionalismo, aumento de impostos indiretos, plano de privatização do Banrisul, etc.

Sistematicamente, Eduardo Leite cortou verbas essenciais à população, atacou direitos e perseguiu trabalhadores que lutaram contra seus projetos. Quando achou necessário não hesitou em ficar ao lado de Bolsonaro, que tem um projeto de golpe militar e cujo governo foi responsável por um genocídio de quase um milhão de

peças mortas pela COVID em nosso país, sendo que no RS oficialmente já são mais de 40.000 mortos.

A necessidade de romper com a dominação do grande capital não se encontra presente no programa e nas políticas representadas pelas candidaturas e pela aliança PT-PSOL. Pelo contrário, é cada vez maior a adaptação do programa defendido por esses partidos às exigências feitas pelos grandes capitalistas. O PT governou o Brasil aliado a banqueiros, Odebrecht, AGRONEGÓCIO, JBS, etc, e o grande capital internacional, conquistando a confiança dos poderosos. O PSOL segue hoje neste mesmo caminho, apesar de ter surgido da crítica aos governos da Frente Popular.

Essa democracia dos ricos, que vigora há mais de três décadas, tenta sempre conter a luta da classe trabalhadora e preservar os interesses capitalistas pela mão do Estado. Depois de tantas eleições, já podemos concluir que nenhuma solução para a classe trabalhadora virá do calendário eleitoral. É necessária a revolta popular e a luta organizada da classe trabalhadora para virar esse jogo de cartas marcadas, dominado pelo poder econômico capitalista. E também derrotar Bolsonaro e seu projeto golpista.

Portanto, está nas mãos dos socialistas revolucionários a tarefa fundamental da defesa da luta independente em relação aos patrões. Esta situação absurda e crescente de concentração da riqueza nas mãos de uma minoria sanguessuga não pode continuar! Seus governos só fazem disseminar ainda mais a fome, o desemprego, a precarização do trabalho, as opressões machista, racista e LGBTifóbica, a redução de direitos, a repressão policial e o genocídio da juventude negra. Não há nada de “progressista” que possa vir da burguesia.

Somente um governo socialista dos trabalhadores pode realmente enfrentar a barbárie promovida pelo capitalismo e lutar por uma sociedade que acabe com toda forma de exploração e opressão.

Este é o objetivo fundamental das candidaturas do PSTU: defender um programa revolucionário e socialista. Para o combate imediato à fome e todas as mazelas vividas pelos trabalhadores será necessário inverter a lógica de governo. É preciso, como medida de emergência, expropriar as empresas mais parasitárias, que mais demitem, mais lucram e que acumularam maior patrimônio com o dinheiro público. Defendemos a expropriação das 10 empresas gaúchas que mais exploram os trabalhadores, e usar a favor de quem mais precisa essa infraestrutura construída com o suor do trabalho da classe operária, reduzindo a jornada e criando mais vagas, voltando a produção para as necessidades do povo, e usando seus recursos para financiar um plano de obras públicas, que absorva a mão de obra de milhares de desempregados.

- **CHEGA DE FOME E DESEMPREGO!**
- *Emprego para todos*
- *Duplicar já o salário mínimo*
- *Cancelamento imediato das dívidas dos trabalhadores*
- *Plano de obras públicas, construindo habitação, saneamento, escolas e hospitais*

através do trabalho de milhares que hoje estão no desemprego.

- *Expropriar as 10 empresas gaúchas que mais exploram os trabalhadores e de maior patrimônio*
- *É preciso reestatizar a CEEE e as demais estatais, sem indenização, e sob controle dos trabalhadores.*
- *Auditoria da dívida pública já. Suspender imediatamente o pagamento da dívida com os bancos e com a União, cujos recursos acabam nos bolsos dos grandes banqueiros!*
- *Anular todas as medidas e reformas do governo Leite e os anteriores que retiraram direitos e conquistas da classe trabalhadora, assim como defender a revogação da reforma trabalhista!*
- *Reforma agrária sob controle dos trabalhadores*
- *Imposto fortemente progressivo: isentar os mais pobres e pesar a mão sobre as grandes fortunas*
- *Proibição de remessa de lucros e dólares para fora do país*
- *Confisco dos dividendos dolarizados dos grandes acionistas*
- *Fim do genocídio da juventude negra. Desmilitarização da Brigada Militar*
- *Abaixo a violência contra as mulheres*
- *Contra toda forma de LGBTQfobia*
- *Revogação de todas as medidas de Eduardo Leite que, seguindo o exemplo de Bolsonaro, flexibilizaram o controle da devastação ambiental.*
- *Direito à autodefesa do movimento, contra ataques da polícia, da ultradireita e qualquer tentativa de golpe*

Na próximas páginas desenvolvemos propostas sobre os temas mais candentes que afetam as vidas da classe trabalhadora e do povo pobre.

Boa leitura!

A FOME E O DESEMPREGO AVANÇAM: A DESIGUALDADE EM PROVEITO DOS BILIONÁRIOS

O Brasil vive uma guerra silenciosa. Num espaço de apenas um ano, 14 milhões de pessoas se viram sem ter o que comer. O número total de brasileiros com fome supera os 33 milhões, e mais da metade do povo vive em insegurança alimentar.

Os efeitos do retrocesso das condições de vida dos trabalhadores e do povo pobre são os de uma verdadeira guerra. Uma guerra cotidiana que mata e atinge apenas um lado: os trabalhadores e o povo pobre e negro. E o seu resultado é a regressão em mais de 30 anos em relação à fome, a menor renda em uma década e uma inflação que derrete os salários dos trabalhadores.

Num país em que mais de 38% sobrevivem com apenas um salário mínimo, as cenas nos grandes centros urbanos são de verdadeiros campos de refugiados, com milhares de sem-teto. Situação que, inclusive, tende a se acirrar com a liberação dos despejos parcialmente proibidos durante a pandemia.

De um lado, um número recorde de pessoas passando fome, inflação e carestia, de outro, os 20 novos bilionários surgidos em plena pandemia indicam a causa do problema. Para seletos grupo de 62 super-ricos no país, com uma fortuna estimada em R\$ 600 bilhões, a crise é oportunidade de abocanhar os negócios menores e lucrar sobre o desemprego e a queda do nível de vida.

A PEC eleitoreira de Bolsonaro não resolve a fome e a carestia

A apelidada PEC do Desespero não resolve a miséria e a fome e, mais do que isso, joga a conta para a classe trabalhadora. O governo teve Depois de várias tentativas frustradas de debelar parte da inflação, causada pelos aumentos sucessivos dos combustíveis e do gás de cozinha. Agora, pensando nas eleições, o mal disfarçado aumento provisório do Auxílio-Brasil visa explorar o desespero de quem passa fome. Mas é um retrocesso inclusive em relação ao insuficiente Auxílio Emergencial. Enquanto este atingiu 67,5 milhões de pessoas, o atual auxílio de R\$ 600,00 só beneficiará 19 milhões de pessoas até depois das eleições. Não cobre nem a cesta básica, que em Porto Alegre está em torno de R\$ 754,00.

E de onde vai vir esse dinheiro? Tudo do bolso da classe trabalhadora e dos setores remediados da classe média. O que é “gasto” novo vai virar dívida pública, com altos juros para banqueiros, que será paga com mais cortes na saúde, educação, mais arrocho e ataques a direitos.

Lula, Dilma e Bolsonaro adotaram os mesmos auxílios insuficientes. E a fome persiste

Programas de auxílio a quem tem fome são necessários e emergenciais. Mas não

são a solução. Não passam de uma esmola dos ricos pela mão do Estado. O Bolsa Família, no seu ápice, durante o governo Dilma, representou pouco mais de 0,5% do PIB. Em 2015 foram gastos R\$ 27,7 bilhões de reais com o programa, enquanto só de isenção fiscal para as grandes empresas, ao longo dos 5 anos de governo Dilma, foram R\$ 458 bilhões – 17 anos de Bolsa Família.

É preciso acabar com a fome e o desemprego tirando dos bilionários e das multinacionais

A fome e a pobreza só podem ser resolvidas garantindo empregos e renda a todos. E a única forma de fazer isso é reduzindo a jornada de trabalho, repartindo o trabalho a todos que precisem de empregos, sem reduzir os salários. Ao mesmo tempo, pôr em prática um programa de obras públicas que garanta trabalho e enfrente problemas estruturais como o saneamento básico, a falta de habitação, escolas e hospitais.

Para enfrentar a inflação, é preciso acabar com o PPI, em que os combustíveis são reajustados pelo preço internacional do petróleo, mesmo o Brasil tendo condições de ser autossuficiente. É uma política para enriquecer os acionistas da Petrobrás na Bolsa de Nova York. Tem que se reestatizar 100% a Petrobras, sob o controle dos trabalhadores. Sem isso a inflação e a carestia do povo aqui, a gasolina, o diesel e o gás de cozinha continuarão subindo. É preciso ainda impor um gatilho automático: aumentaram os preços, aumentam-se os salários. Duplicar o salário mínimo rumo ao mínimo do Dieese. Expropriar, sob controle dos trabalhadores, as grandes redes varejistas.

E para fazer isso, é preciso atacar os lucros e propriedades das grandes multinacionais e dos bilionários. Os grandes fundos financeiros estrangeiros mantêm, no Brasil, um patrimônio de R\$ 6 trilhões. Toda a fortuna acumulada pelos grandes fundos, bancos e multinacionais é produto do trabalho da classe trabalhadora, então, nada mais justo que retomar parte desses recursos para resolver os problemas e a situação que eles mesmos criaram.

Aumentar os impostos para os ricos é necessário mas não suficiente: é necessário tirar os meios de produção dos super-ricos, colocando-os a serviço da maioria

Dilma fez um balanço de seu governo, onde aponta um erro do seu governo, que sintetiza o que estamos dizendo. Diz ela: *“eu acreditava que, se diminuísse impostos, eu teria um aumento de investimentos”*. E o que aconteceu segundo ela? *“No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro”*.

O inverso também é verdade. Quer dizer, aumentar o imposto sobre os ricos é muito necessário, mas é completamente insuficiente sem atacar a propriedade das grandes empresas, sem socializar os meios de produção. Isto não atenua a desigualdade social por si só. Os ricos darão um jeito de repassar os “custos” desse imposto para os

trabalhadores, pois seguem dominando tudo.

O gerador do desemprego é o capitalismo, com sua crise, e com a tecnologia a serviço apenas do seu lucro

A grande imprensa e os candidatos a serviço do capital, sejam de direita ou esquerda, geram expectativas o tempo todo de que os empregos vão voltar. E sua receita é a mesma surrada de sempre: beneficiar as grandes empresas, atrair capital estrangeiro, para que empreguem mais trabalhadores.

Ora, um simples balanço das últimas décadas serve para desmentir esse discurso. Sim, é verdade que a pandemia retraiu a economia e perderam-se vagas. Mas antes da pandemia já estavam aí os milhões de desempregados crescendo ano a ano.

O PT diz que foram Temer e Bolsonaro os responsáveis. Sem dúvida, esses governantes só fizeram piorar uma situação que já no governo Dilma tinha alcançado 14 milhões de desempregados (isso em números oficiais, que não contabilizam quem já desistiu de procurar ou quem só está empregado por poucos meses por ano).

A verdade é que o responsável é o sistema capitalista, que tem o mercado como regulador da economia, mas não consegue evitar sua crise de lucratividade na produção. Assim, passa a desviar seus investimentos para a especulação, garantindo que os bilionários ainda enriqueçam sobre a quebradeira das pequenas empresas, as demissões e a fome. Na lei da selva, o maior come o menor.

Apostar na recuperação da economia só é opção para o grande capital, que tenta se recuperar de duas formas: a primeira, pisando no pescoço dos de baixo, tirando direitos dos trabalhadores até compensar novas contratações; e a segunda, investindo em novas tecnologias com emprego de cada vez menor mão de obra, como a robótica, a inteligência artificial e todas novas formas de automação.

Partindo dessa compreensão, nosso programa tem a lógica inversa. Para um combate imediato à fome e o desemprego, a principal medida é expropriar sem indenização as empresas mais parasitárias, as que acumularam maior patrimônio às custas da exploração e muitas vezes com dinheiro público de isenções fiscais, as que mais demitem e as que sonegam impostos. Um impulso inicial deve ser dado com os recursos da expropriação das 10 empresas gaúchas que mais exploram e de maior patrimônio, sejam industriais ou do agronegócio, e com parte de recursos da expropriação dos grandes bancos nacionais, na medida em que não vemos esse problema ser resolvido isoladamente no RS.

Os trabalhadores devem controlar essas empresas estatizadas, e os conselhos populares devem fazer um planejamento da produção de acordo com as maiores necessidades de quem hoje está desempregado e passa fome.

Por isso são impensáveis por esses partidos e a mídia comprada pelo agro medidas como as que propomos:

- Reforma agrária: dividir os latifúndios com os sem terras, indígenas e desempregados.
- Redução da jornada de trabalho (sem redução de salários)
- Plano de obras públicas, empregando milhares de pessoas
- Contra as privatizações e reestatização, sob controle dos trabalhadores
- Expropriar 10 empresas gaúchas que mais exploram e de maior patrimônio, as que mais demitem e as que tem recebido milhões em isenções e incentivos
- Apoio a micro e pequenas empresas para contratações

POR UM PLANO DE OBRAS PÚBLICAS

No Brasil existe um deficit habitacional de aproximadamente 7 milhões de unidades, e existem cerca de 7 milhões de imóveis vazios, sem contar com os imóveis que poderiam ser adaptados para moradia como os prédios comerciais abandonados nas áreas centrais e imóveis em situação irregular.

Os programas de habitação popular, seja o Minha Casa Minha Vida ou Casa Verde-amarela, não reverteram o quadro de deficit. Muitos trabalhadores, por conta do desemprego, não conseguiram arcar com as prestações e acabaram sendo despejados. O programa representou na realidade um excelente negócio para as empreiteiras que tiveram os imóveis super valorizados, que em sua maioria se localizam as construções em áreas periféricas e contam com um plus pago pelo governo.

Com uma reforma urbana, cobrando imposto progressivo sobre imóveis destinados à especulação imobiliária, regularização fundiária seguida de obras de benfeitorias como saneamento e calçamento e construção de novas moradias é possível em pouco tempo zerar o déficit habitacional que no Rio Grande do Sul gira em torno de 221.000 unidades.

No Estado do RS, mais da metade dos habitantes não possuem acesso ao tratamento de esgoto, totalizando cerca de 54,17% da população. É uma situação absurda, considerando que esse é um direito fundamental como incidência direta na saúde da população.

As imensas dificuldades por que passam os trabalhadores e o povo mais humilde são fruto da irracionalidade capitalista, ao contrário do que apregoam os que defendem esse sistema. Há um déficit imenso em necessidades básicas além ainda da habitação e saneamento básico. De outro, um exército de desempregados, coincidindo os que nada tem com os que procuram trabalho.

O PLANO DE OBRAS PÚBLICAS é uma proposta que responde a essas necessidades emergenciais. O que impede que milhões de trabalhadores hoje desempregados construam suas próprias casas, postos de saúde, escolas, senão o fato de que o trabalho e a produção só são postos em ação se for para dar lucro aos empresários?

Com certeza os demais candidatos dirão que a proposta é utópica porque não há

recursos. Nós reafirmamos que há muitos recursos, mas estão nas mãos de quem explora e não de quem produz. Por isso é necessário expropriar as 10 empresas que mais exploram e de maior riqueza no Estado, assim como os sonegadores, as empresas que demitem e as que construíram seu patrimônio com dinheiro público e incentivos fiscais. Esse dinheiro deve financiar o plano de obras públicas e demais ações decididas pelos trabalhadores, organizados nos conselhos populares.

Reorganizar a economia em bases socialistas, sob controle dos trabalhadores

Não pode existir justiça ou solidariedade na sociedade se não for exterminado o agente causador da injustiça que reside no fato de que os meios de se trabalhar estão dominados por meia dúzia de ricos proprietários. A riqueza é produzida pelos trabalhadores. Os grandes capitalistas não produzem nada, apenas são donos das grandes empresas e bancos que controlam toda a economia.

Se a sociedade é dividida entre essas classes sociais com interesses antagônicos, o que é justo para uma classe é injusto pra outra e vice-versa. Então é preciso ter um lado. Os ricos defendem seus interesses, os trabalhadores tem que defender os seus. O erro do PT em 13 anos no governo foi tentar governar para todos, e acabar por servir aos ricos e ao capitalistas. Querem repetir a conciliação de classes, na sua aliança para governar com Alckmin.

A ABSURDA DÍVIDA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

O Governo do Estado recebeu a autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

O RRF, previsto para vigorar até 2031, prevê uma série de contrapartidas do governo do Estado, algumas já efetuadas, como a privatização da CEEE, Sulgás, as reformas administrativas, previdenciária e o teto de gastos.

Com a efetiva adesão o governo estadual pretende privatizar a CORSAN e Banrisul e fica obrigado a congelar salários por dez anos, além de ficarem vedados novos concursos e investimentos.

Um Conselho de Supervisão do RRF, liderado pela Secretaria do Tesouro Nacional, representará uma verdadeira intervenção do Governo Federal, liquidando com a autonomia administrativa do Governo Estadual.

Como ingrediente extra do absurdo desta dívida, em 2020 foi feito um acordo para pagamento dos créditos dos estados com a Lei Kandir. Em 2019, o valor estimado era na ordem de R\$ 67 bilhões de créditos do governo do Estado. Com o acordo, o governador Eduardo Leite (PSDB) concordou em receber apenas R\$ 5 bilhões, a serem pagos até 2037. No entanto, não basta cobrar os créditos, é preciso dar fim à lei Kandir, que gera uma perda de receita da ordem de R\$ 4 bilhões anuais.

Histórico da Dívida

Em razão do Plano Real (1994), os governos estaduais repactuaram as dívidas dos Estados. No RS, o governador Antônio Britto (PMDB) implementou um programa de privatizações (CRT, Aços Finos Piratini e outras) e extinção de estatais (CORLAC), arrochou o funcionalismo e implantou um Programa de Demissão Voluntária (PDV). O acordo previa o pagamento das parcelas devidas ao limite máximo de 13% das receitas líquidas.

O montante a ser pago em 1996 era na ordem de R\$ 9,5 bilhões. Pagamos, até 2020, R\$ 37 bilhões e ainda devíamos R\$ 69,6 bilhões. Ou seja, já foi pago 3,9 vezes o valor original e ainda devemos 7,3 vezes aquele valor, por conta de o indexador da dívida ter tido uma elevação de mais de 300%.

Desde de 2017, por razão de uma liminar no STF, o Estado deixou de pagar a dívida, mas ela continuou crescendo. Os valores não pagos somam R\$ 11,121 bilhões até 2020. Se voltássemos a pagar a dívida, representaria uma despesa de R\$ 4 bilhões anuais.

PROPOSTAS

- *A primeira medida a ser tomada deve ser de romper com o RRF e a imediata suspensão do pagamento da dívida com a União.*

- *É preciso romper todos os acordos e compromissos de pagamento da dívida estadual, reverter as privatizações feitas e cancelar as privatizações da CORSAN e Banrisul.*
- *Deve-se reverter a reforma administrativa e o teto de gastos, para termos mais e melhores serviços públicos em emprego, saúde, educação, segurança e habitação.*
- *É fundamental o fim das isenções para as grandes empresas (Camil, JBS, Unimed, Marcopolo, Randon, Gerdau, Havan, Madero, Panvel, Zafari, Vinícola Galvão Bueno, entre outras). Essas isenções em 2019 superaram R\$ 20 bilhões.*
- *Tem que se fazer a cobrança das dívidas dos sonegadores e o confisco dos bens de seus bens.*
- *E ainda, a estatização das empresas que sonegam os impostos.*

SAÚDE DOS TRABALHADORES NO BRASIL E RS

O Sistema Único de Saúde – SUS – no Brasil foi uma grande conquista das lutas dos trabalhadores na década de 1980, sendo assegurado na Constituição Federal de 1988. Fruto dessa conquista houve a garantia de alguns direitos, afirmando que é dever do Estado adotar políticas sociais que visem à redução do risco de doença, garantindo o acesso universal e igualitário aos serviços. Embora a participação privada na saúde tenha sido permitida de forma complementar, a universalidade e gratuidade foi avanço fundamental.

O SUS é financiado com recursos da União, dos Estados (12% das receitas) e municípios (15% das receitas), além de outras fontes. A união não tem um percentual mínimo, devendo o orçamento do ano anterior ser corrigido pelo PIB.

O sistema de atendimento de saúde da população pode ser dividido simplificada da seguinte maneira:

- Unidades Básicas de Saúde (UBS), respondendo pelo atendimento primário com baixa complexidade,
- Unidades de Pronto Atendimento (UPA), responsáveis pelo atendimento secundário, com condições de prestar atendimentos de complexidade média
- e os Hospitais de grande porte, fazendo parte do nível terciário de atendimento à saúde, incluindo exames com tecnologia mais avançada e procedimentos de alta complexidade.

A pandemia de COVID-19 demonstrou a fragilidade do sistema de saúde pública do Brasil. A desagregação e a falta de hospitais, de leitos, de Unidades de tratamento Intensivo, de postos de atendimento, de profissionais, de equipamentos, de oxigênio e de medicamentos. Da mesma forma mostrou a diferença entre os sistemas de saúde público e privado, penalizando aqueles que não podem pagar por um atendimento de saúde.

As posições do governo Bolsonaro, negando o vírus e sua gravidade, atacando o isolamento social para proteger os lucros das grandes empresas, divulgando *fake news*, combatendo as vacinas e indicando medicamentos ineficientes provocaram um verdadeiro genocídio: mais de 671.000 mortes e 32,2 milhões de casos, fora as subnotificações.

A precarização do sistema de saúde, iniciado antes da pandemia, com a privatização e terceirização de diversos serviços, combinada com a falta de recursos, empurrou parte dos usuários para os sistemas privados e principalmente para os planos de saúde, setor que arrecadou bilhões nos últimos anos.

Saúde no governo Bolsonaro

A gestão da saúde no governo Bolsonaro foi uma sucessão de desastres. O sistema público entrou em colapso, com falta de profissionais, de vagas, respiradores, oxigênio

e medicamentos. As declarações do presidente sobre o coronavírus expressaram com clareza o seu pensamento negacionista. Algumas das suas falas, beiraram ao ridículo e mostraram que o governo não dá nenhum valor à vida e a saúde da população.

Enquanto os especialistas indicavam a necessidade de isolamento social e desenvolvimento de vacinas, o governo desprezava a pandemia propondo o funcionamento normal das empresas e a utilização do tratamento preventivo, que além de não proteger contra a COVID, como demonstrado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por diversos trabalhos científicos, ainda causavam efeitos colaterais importantes e em alguns casos graves.

A pressão exercida pelo governo para adoção de suas medidas anticientíficas resultou em constantes trocas na área da saúde. Passaram pelo Ministério Henrique Mandetta, Nelson Teich e depois o general Eduardo Pazzuelo, que comandou a pasta entre maio de 2020 e março de 2021. A gestão de Pazzuelo, que combinou incompetência e submissão, seguindo fielmente as orientações do governo no enfrentamento ao coronavírus, acabou em uma tragédia anunciada. Procuradores da República apontaram o ex-ministro como responsável por omissão na compra de vacina, adoção ilegal de tratamento precoce, omissão na ampliação da testagem e distribuição de exames PCR, obstrução deliberada de informações sobre a pandemia, omissão na compra e distribuição de medicamentos para pacientes internados com COVID e omissão na realização de campanhas de conscientização sobre a necessidade de distanciamento social e uso de máscaras. Além disso, foi omisso na remessa de oxigênio, que causou terror na cidade de Manaus, com pacientes morrendo por asfixia.

Alguns acontecimentos ilustram muito bem o que foi o governo Bolsonaro, no combate à pandemia do coronavírus:

- Em março de 2021 uma comitiva brasileira, viajaram à Israel em um avião da Força Aérea Brasileira para assinar um acordo de compra do spray nasal EXO-CD24, que seria um eficiente tratamento no combate ao coronavírus. Não houve nenhum acordo a respeito e mais tarde o tratamento mostrou-se ineficaz, gastou-se recursos públicos, e as trocas de mensagens que propiciaram a viagem foram colocadas em sigilo.
- Durante o ano de 2021, ocorreram outros fatos de extrema gravidade. Os experimentos realizados com nebulização de hidroxicloroquina em algumas cidades do país como Manaus/AM e Camaquã/RS (onde três pacientes morreram após a utilização do método). O Conselho Regional de Medicina e o Ministério Público estabeleceram investigação a respeito.
- Em Manaus, foram feitos experimentos, patrocinados pela rede de hospitais privados Samel com proxalutamida, medicação usada no câncer de próstata.
- A operadora de planos de saúde voltados à idosos, Prevent Senior, foi acusada de estabelecer experimentos antiéticos e anticientíficos sem o consentimento dos pacientes ou familiares, para esconder esse crime os atestados de óbitos não apresentavam o diagnóstico de COVID.

- A punição para todos os envolvidos nas atrocidades cometidas nesse período ainda está em aberto. Mas terá que ser feita, em nome dos que morreram, dos que sofreram e de todos que ficaram com sequelas físicas e psicológicas, decorrentes, das omissões ou dos atos praticados.

Planos de saúde

Se a saúde pública enfrenta muitos problemas, as empresas privadas e os planos de saúde vão muito bem. A receita do setor cresceu de 123,8 bilhões em 2014 para 192,1 bilhões de reais em 2018, mesmo com queda de 3 milhões no número de usuários no período. Em 2020, primeiro ano da pandemia do coronavírus, a receita atingiu 217 bilhões, alta de 4,7% em relação ao ano anterior e o lucro líquido cresceu 49,5% chegando à 17,5 bilhões. Mesmo tendo que atender os usuários contaminados pelo coronavírus, o lucro aumentou e em 2021 a Agência Nacional de Saúde autorizou um aumento de 15,5% nos planos.

Cerca de 9,5 milhões (4,43% da população) é o número de brasileiros que conseguem pagar um plano individual privado de saúde. Outros 38,1 milhões são atendidos por meio de planos coletivos. Os demais, 166,4 milhões de pessoas (77,5% da população) depende exclusivamente do SUS.

Entre as maiores empresas de saúde no país estão: Allianz Saúde, Amil, Bradesco Saúde, Gama Saúde, Golden Cross, Itauseg Saúde, Metlife Planos Odontológicos, NotreDame Intermédica, Odontoprev, Omint, Porto Seguro, Sampo, SulAmérica, Central Nacional Unimed e Unimed Seguros Saúde, lembrando que a Unimed é uma cooperativa. As cooperativas médicas foram as que mais registraram alta no faturamento e receita líquida.

Saúde no governo Eduardo Leite

No Rio Grande do Sul, o então governador Eduardo Leite tinha um discurso diferente do governo federal. Alertava para a gravidade do vírus, falava em distanciamento social, defendia o uso obrigatório de máscara, mas constantemente cedia às pressões dos empresários e relaxava o distanciamento social, liberando o funcionamento de diversos setores, por meio da classificação de risco adotada pelo sistema de bandeiras.

No sistema de ensino determinou o retorno das aulas presenciais em outubro de 2021, quando a pandemia era ainda muito forte e nenhuma criança havia sido vacinada, colocando em risco a saúde de alunos, professores e funcionários. A consequência foi que, em junho de 2022, o Rio Grande do Sul havia acumulado 2.540.000 casos e 40.000 mortes em decorrência da COVID.

A Organização Mundial da Saúde indica a necessidade de 3 a 5 leitos por 1.000 habitantes. O RS está abaixo do indicado, possuindo 2,58/1000 em 330 estabelecimentos hospitalares, sendo a maioria (228) privados, embora parte do setor privado atenda também pelo SUS. Os hospitais estão concentrados nas maiores cidades.

Recentemente foi aprovada no Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 11/2022 que estabelece o piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem no valor de 4.750,00 reais, com extensão aos técnicos no valor equivalente de 75% (3.325,00) e auxiliares em 50% (2.375,00), o que representou uma vitória da categoria em todo o país, mas não existe no Estado previsão nem garantia orçamentária para a sua execução.

IPE-SAÚDE

O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, seus dependentes e pensionistas - IPE Saúde, é um sistema de assistência à saúde regido por leis estaduais específicas e, por isso, não está sujeito a normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O sistema entrou em crise devido à falta de repasse de verbas pelo estado aos hospitais conveniados e a defasagem nos valores pagos pelo órgão aos médicos, pelos procedimentos realizados. Diante da recusa de atendimento por essas empresas e pelos profissionais, aproximadamente um milhão de trabalhadores estão sendo prejudicados.

A estagnação da receita também é resultado direto do arrocho salarial implementado no Estado, que afeta todos os servidores, especialmente seus setores mais numerosos, como o magistério e a brigada militar. Uma das maneiras de solucionar o déficit, portanto, é repor a defasagem salarial dos servidores.

O governo aprovou ainda o fim da paridade na administração do Instituto, os servidores não escolhem mais seus representantes, sendo todos indicados pelo governo. Toda a crise do IPE Saúde acaba recaindo sobre os trabalhadores, que veem o atendimento cada vez mais precarizado.

O objetivo parece ser o de empurrar os usuários a procurarem um plano de saúde privado. Para quem não puder pagar, restará o SUS, também sucateado.

CONTRATUALIZAÇÃO É PRIVATIZAÇÃO

Com base na Lei de Parcerias (PPPs), sancionada em 2014, a Prefeitura de Porto Alegre segue o modelo nacional, acelerando o processo de transferência da gestão das unidades da atenção primária para a iniciativa privada, já são 96% das unidades de saúde da Capital sendo administradas pela Santa Casa de Misericórdia, Hospitais Divina Providência, PUC/RS e Vila Nova.

Na prática, trata-se de transferir o atendimento da população para os hospitais privados, com garantia de repasse de verbas e equipamentos públicos. O processo acaba desestruturando os serviços de saúde e aumentando as desigualdades sociais, principalmente nas periferias da cidade, onde residem os setores sociais mais carentes.

Dentro novo “modelo” os trabalhadores da saúde precisam cumprir metas de

“produtividade”, porém o conceito de metas não está relacionado à qualidade do serviço oferecido em proteção e promoção da saúde e da vida, mas está diretamente relacionada ao lucro do setor privado.

Com a privatização ou terceirização, os serviços de saúde passam a ser baseados na precarização do trabalho e, devido à Reforma Trabalhista, também passam a ser fornecidos por formas flexíveis de contratação dos trabalhadores, refletindo-se na desagregação das equipes, na descontinuidade dos serviços, na diminuição da qualidade na formação continuada dos profissionais, e entre outros, na alta rotatividade das equipes de trabalho. O sindicato médico entende que a terceirização precarizou os serviços.

PROPOSTAS

- *Garantir e fortalecer o sus público, universal, gratuito estatal*
- *Ampliação e qualificação dos serviços de saúde*
- *Quebra de patente dos laboratórios privados para garantir medicamentos e vacina para toda a população*
- *Fim da privatização/terceirização dos serviços de saúde*
- *Integração dos trabalhadores terceirizados com todos os direitos do trabalhador estatutário*
- *Abertura de Concurso Público*
- *Fim das comunidades terapêuticas ligadas às igrejas ou parlamentares*
- *Revogação da EC / 95 que congelou os investimentos na Saúde Pública*
- *Destinação de recursos extraordinários para o SUS imediatamente*
- *Revogação da Reforma Trabalhista*
- *Revogação da Reforma da Previdência*

AGRONEGÓCIO: A URGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

Nas últimas décadas, a participação do agronegócio na economia brasileira tem crescido substancialmente, atingindo 26,6% do PIB nacional em 2021. O agronegócio engloba diversos setores, como a produção de insumos e bens de capital (fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas), a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária (alimentos, biocombustíveis, fumo), armazenagem, distribuição e comercialização desses produtos.

“O agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”, diz a propaganda que ouvimos diariamente na TV. Embora seja parte de uma campanha publicitária para alavancar o setor, baseia-se em elementos da realidade do país. A prioridade dada pelos sucessivos governos, incluindo Lula e Dilma a esse setor econômico em nome da *“vocação agrícola”* do Brasil, alavancou o agronegócio. Com Bolsonaro essa tendência acentuou-se.

Essa estratégia econômica consiste em priorizar a produção e exportação de produtos agrícolas e minerais com baixo valor agregado em detrimento das indústrias com tecnologias mais avançadas, recolocando o Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matéria-prima, posição que ocupou em grande parte de sua história. No período neoliberal iniciado com Collor, *“enquanto o setor do agronegócio cresceu a uma média de 3,5% ao ano, o país cresceu 0,1%, isto é, estagnou, e a indústria de transformação retrocedeu 1,6% ao ano...”*. (Anuário Estatístico do Ilaese 2021).

O agronegócio, para crescer, precisa destruir a natureza (florestas, rios, biomas), avançar sobre os territórios indígenas, quilombolas e pequenos proprietários, aumentando a concentração de terra e renda. Por meio de seus pistoleiros e jagunços, os latifundiários, madeireiras, e mineradoras, com o apoio do governo Bolsonaro, invadem, desmatam, exploram os recursos naturais das terras, expulsam, estupram e matam seus habitantes originários.

Além de acelerar o processo de desindustrialização, o crescimento do agronegócio tampouco significa qualquer melhora na alimentação dos brasileiros. Ao contrário, a inflação disparou, especialmente os preços dos alimentos, com o consequente aumento da insegurança alimentar no país. O óleo de soja, o leite longa vida e a carne estão sumindo da lista de compras da população. Pois, apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, essa produção é destinada quase toda para a exportação. O melhor exemplo é o óleo de soja (900ml), que ultrapassou o preço de 16 reais em 2022. Outro exemplo foi a fila formada para receber doação de ossos em Cuiabá/MT, Estado com 32 milhões de cabeças de gado. Enquanto as multinacionais do agronegócio aumentam seus lucros, a barriga do povo fica vazia.

As isenções e reduções tributárias, como no ICMS e nos impostos sobre os rendimentos, reduzem a contribuição do agronegócio para as políticas públicas. Tampouco a geração de empregos corresponde ao crescimento ou a participação do setor no PIB do país. Mesmo representando cerca de 26,6% do PIB brasileiro,

o agronegócio emprega pouco proporcionalmente. Os empregos formais do setor chegaram a 1.535.358, com remuneração média de 1.450,00 reais mensais, muito abaixo da indústria em geral, do comércio e da construção civil. A carteira verde amarela, que retira diversos direitos trabalhistas, permitindo, por exemplo, os trabalhos aos domingos e feriados sem remuneração extra, atende principalmente às necessidades do agronegócio. E constantemente temos notícias do resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão. O agronegócio cresce e a situação do povo piora. O povo não come PIB.

O agronegócio no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, ocorre o mesmo processo. As exportações do agronegócio gaúcho somaram 5,3 bilhões de dólares em 2021, uma alta de 52,4% na comparação com 2020, isso durante a pandemia do coronavírus. As principais exportações foram de soja (37,9% do total), carnes (19,7%), fumo (13,2%), produtos florestais (9,5%) e cereais, farinhas e preparações (6,6%). Em 2020 o agronegócio respondeu por 71,7% do total das vendas externas do Rio Grande do Sul.

O principal destino (em torno de 50%) das exportações gaúchas é a China, seguido pelo países da União Europeia, os Estados Unidos, a Arábia Saudita, a Coreia do Sul e o Vietnã.

O agronegócio contempla parte da indústria, notadamente aquela de menor valor agregado, destacando-se o setor de carnes, fabricação de tratores e máquinas agrícolas, moagem, panificação, laticínios, couro, madeira e produtos alimentícios em geral. Embora os produtos do agronegócio tenham origem agrícola, boa parte das indústrias do setor estão localizadas nas cidades do interior, e não no campo. JBS (Friboi, Seara, Doriania e outras), BRF (Sadia, Perdigão, Qualy e outras), bem como as empresas de laticínios e as grandes cooperativas gaúchas têm sedes urbanas. JBS e BRF possuem juntas mais de (quarenta) unidades no Estado. A Cotrisal, com sede em Sarandi, segunda maior cooperativa gaúcha, embora não seja uma empresa de capital privado, possui 43 unidades em diversos municípios gaúchos

Toda essa produção não resulta em melhorias na alimentação do povo. Como em todo Brasil, os alimentos estão caros e os trabalhadores e povo pobre em geral gastam boa parte de seu orçamento para sobreviver. Também aqui as exportações são o destino de quase toda a produção.

Mesmo englobando parte da indústria, o agronegócio de conjunto emprega muito pouco, comparado com outros setores da economia. Em dezembro de 2021, o Rio Grande do Sul contava com 350.549 vínculos ativos de emprego com carteira assinada no agronegócio.

O total de empregos formais no Rio Grande do Sul, conforme estudo baseado na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), em 2020 totalizavam 2.820.968. Os maiores empregadores são a administração pública e o comércio. Mesmo representando aproximadamente 27% do PIB brasileiro, os empregos formais no agronegócio gaúcho

atingem apenas o índice de 12,40%.

A fome

A fome no Brasil acentuou-se no governo Bolsonaro, especialmente durante a pandemia do coronavírus, atingindo fortemente as famílias brasileiras, praticamente duplicando em 2 anos. Vejamos abaixo a classificação dos níveis de segurança alimentar:

- Segurança alimentar: Quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Apenas 41,3% dos brasileiros tem segurança alimentar.
- Insegurança alimentar leve: Quando a família tem preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro. Atinge 28% dos brasileiros (cerca de 59 milhões).
- Insegurança alimentar moderada: Quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos. Atinge 15,2% dos brasileiros (cerca de 32 milhões).
- Insegurança alimentar grave: Quando há redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos. Atinge 15,5% dos brasileiros (cerca de 33,1 milhões).

A segurança alimentar atinge portanto 58,7% ou 125,2 milhões de brasileiros. 60% dos domicílios do campo relatam dificuldade alimentar. Somente na região sul 3,01 milhões de pessoas passam fome. Tudo isso num dos países que mais produz alimentos no mundo. Tudo isso no Rio Grande do Sul, Estado que bateu recorde nas exportações de soja e carnes.

O crescimento do agronegócio e da agropecuária não representou portanto nenhuma melhoria na qualidade de vida população, resultando ao contrário em um agravamento nas condições alimentares dos setores mais pobres.

Quem alimenta os gaúchos?

A agricultura familiar é desenvolvida em pequenas propriedades rurais. Recebe esse nome, pois é realizada por grupos de famílias (pequenos agricultores e alguns empregados). Ao contrário do agronegócio que adota a monocultura, na agricultura familiar as plantações são diversas, dependendo da região. A colheita é utilizada em parte na alimentação dos próprios produtores e parcialmente vendida, abastecendo diretamente os mercados ou as indústrias. O enquadramento da propriedade como de agricultura familiar varia em cada região do país, mas em geral não ultrapassa 50ha (4 módulos fiscais). No Rio Grande do sul, 80,5% dos estabelecimentos foram considerados como de agricultura familiar, detendo 25,3% da área cultivada.

É então a agricultura familiar, voltada para o mercado interno, que acaba fornecendo os alimentos consumidos pelos gaúchos. Mas a agricultura familiar ou as pequenas propriedades em geral, não conseguem competir em lucratividade e em investimentos com o agronegócio. Acabam, muitas vezes, tendo que entregar sua produção para as indústrias, como acontece no setor de laticínios.

Os programas voltados para atender esses agricultores, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, além de estarem sendo desmantelados pelo governo, são insuficientes para atender as necessidades históricas e demandas imediatas dos pequenos agricultores.

Conclusões

As vantagens concedidas ao agronegócio pelos sucessivos governos não se revertem em nenhum benefício para os brasileiros e gaúchos. Aposta-se em um setor de baixo desenvolvimento tecnológico que, para produzir precisa destruir a natureza, ocupar áreas destinadas aos povos originários, concentrando sua produção em monoculturas agrícolas e no setor de proteína animal, empregando poucos trabalhadores, com salários baixos e trabalho precarizado, resultando em um atraso no desenvolvimento do país e no enriquecimento de poucas empresas controladas geralmente por grupos econômicos internacionais.

Tampouco a produção agrícola e pecuária serve para alimentar a população. Os preços dos alimentos dispararam e a insegurança alimentar cresceu. Quem acaba fornecendo os alimentos que direta ou indiretamente alimentam os gaúchos são os pequenos produtores, ligados à agricultura familiar.

A concentração de terras aumenta com o crescimento do agronegócio, aumentando a disparidade econômica no campo gaúcho.

A reforma agrária continua uma necessidade essencial para redistribuir as terras e acabar com o processo de concentração nas mãos do latifúndio. Além disso o crescimento do agronegócio exige medidas diretamente socialistas, colocando as grandes empresas desse setor sob controle do Estado e dos trabalhadores, direcionando sua enorme produção para alimentar a população, barateando o preço da comida.

PROPOSTAS:

- *Reforma agrária sob controle dos trabalhadores para garantir terra para quem necessita.*
- *Expropriação das maiores empresas nacionais do agronegócio para garantir a alimentação da população.*
- *Nenhum benefício fiscal ou tributário para o agronegócio.*
- *Não a implantação da carteira verde amarela.*
- *Perdão das dívidas bancárias dos pequenos produtores. Os programas de financiamentos como o PRONAF, PAA e PNCF não são suficientes para resolver a crise desse produtores, acentuada pela seca de 2020/2021.*

UM PROGRAMA CONTRA AS OPRESSÕES E PELA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA CONTRA O CAPITALISMO OPRESSOR

O PSTU luta contra a opressão e exploração das mulheres, dos jovens, negros e LGBTIs. Defende o fim das desigualdades, a exclusão social e a violência a que estão submetidos.

Os setores mais explorados e oprimidos da classe trabalhadora já viviam em uma situação de opressão e superexploração. Agora a situação se agravou em função da pandemia e do governo Bolsonaro. O aumento do desemprego e a crise econômica aprofundam essa situação de desigualdade.

Os governos estaduais e municipais, mesmo os que se dizem de oposição, reproduzem a mesma política de ajuste fiscal de Guedes/Bolsonaro e cortam recursos das áreas sociais e não investem em políticas públicas.

Não bastasse o desemprego e a desigualdade de direitos, as mulheres têm tripla jornada acumulando trabalho doméstico, cuidados com filhos e somou-se o trabalho virtual na pandemia. Esta ainda aumentou a violência doméstica durante o trabalho estilo “*home office*”.

Bolsonaro trouxe Damares para o ministério, como parte de uma reação dos setores conservadores aos avanços na consciência e luta de todos os oprimidos. Esteve a serviço de atacar as mulheres, os negros, os LGBTIs, de tapar suas bocas e colocá-los no lugar de submissão que o capitalismo lhes reserva.

A opressão divide a classe trabalhadora, nos enfraquece. Por exemplo, quando operários assediam operárias ao entrarem nos locais de trabalho, não percebem que a opressão está cristalizada na cultura dessa sociedade, que não respeita as diferenças. Possivelmente quando houver uma greve, talvez não tenham apoio das operárias, afastadas da organização sindical pelos próprios companheiros de trabalho por seu machismo. As discriminações e as desigualdades estão no DNA do capitalismo. Não é possível unidade na luta contra o capitalismo sem combater as opressões. Mas também é necessário combater todas as políticas que buscam unir todas as mulheres, ou todos os negros, sem distinção de classe social, desconsiderando que entre eles há aqueles que defenderão seus privilégios de classe. Esses não serão nossos aliados nas lutas contra as opressões, ou contra o sistema capitalista.

A violência contra a mulher aumentou com Bolsonaro. A luta contra tal barbárie tem de ser imediata

Não há um dia que não acessemos o noticiário e não nos deparemos com notícias de violência contra a mulher. Vem à tona alguns casos que nos provocam repulsa, como a notícia do médico anestesista preso em flagrante por estuprar uma mulher grávida durante o parto. Muito mais indignante que a já conhecida violência obstétrica (aquela que ocorre no processo do parto).

Funcionárias da Caixa Econômica Federal denunciaram o presidente do banco Pedro Guimarães, do grupo mais próximo a Bolsonaro, por assédio sexual, o que está sendo investigado pelo Ministério Público Federal.

Um menina de 11 anos de Santa Catarina estava sendo forçada por uma juíza a gerar um filho fruto de estupro, porque foi impedida de realizar o aborto legal e afastada da mãe pelo Poder Judiciário.

A cada dia mais escândalos de violência e assédio vêm a público, mas são apenas a parte visível de uma opressão milenar, agora aprofundada pelo capitalismo, baseada na discriminação e submissão das mulheres. Esse machismo é utilizado pelo capitalismo para superexplorar e dividir a classe trabalhadora. Com essa ideologia naturaliza as mulheres trabalharem de graça como o trabalho doméstico que repõe a força de trabalho dos maridos para os patrões, e com a reprodução, alimentação e educação dos futuros trabalhadores. Tudo isso a serviço dos patrões. E, de quebra, essa ideologia divide a classe trabalhadora, com as mulheres sendo a maior parte dela mas recebendo menores salários e sendo excluídas da vida pública, inclusive com pouca participação nos sindicatos.

Sob o governo Bolsonaro, vivemos um período de ações conservadoras e de ultradireita sobre o direito das mulheres, que ferem principalmente as mais vulneráveis: as pobres e negras, porque dependem da saúde pública. Num período também em que as mulheres são desqualificadas e o machismo é estimulado.

Portanto, garantir os direitos das mulheres é uma luta do conjunto da classe trabalhadora e do povo pobre como parte da luta contra a exploração e a opressão. A reação dos movimentos de luta contra a opressão e violência contra as mulheres é de todas as entidades da classe trabalhadora e deve ser proporcional à tamanha barbárie.

A fome bate à porta dos pobres, especialmente dos lares chefiados por mulheres negras

Apesar da mortalidade da COVID-19 ser maior entre os homens, o impacto socioeconômico da pandemia tem sido devastador para as mulheres. 63% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres negras e estão abaixo da linha da pobreza¹. Durante a pandemia, 10,7% dos lares chefiados por mulheres negras se encaixaram no quadro da fome².

Enquanto o país teve um aumento quatro vezes maior no cenário da fome durante a pandemia, o agronegócio bateu recordes de exportação³. Pela primeira vez, a insegurança alimentar da população brasileira superou a média mundial, sendo que a insegurança alimentar feminina chega a ser seis vezes maior que a média da

1 Dados do IPEA(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

2 Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

3 O país passou a produzir mais alimentos durante este período. Só no primeiro ano de pandemia (2020), esse setor aumentou o em 23%, chegando a quase dois trilhões de reais.

população. A fome no país aumenta na mesma proporção que a fortuna dos grandes empresários.

O feminicídio tem cor e classe no país

A Lei Maria da Penha, aprovada em 2006, foi fruto de muita luta do movimento de mulheres, mas a quantidade de mulheres que havia sido morta em 2013 era 12,5% a mais do que em 2006. Além disso, em 2006 o número de vítimas caiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as negras. A Lei do Feminicídio foi aprovada em 2015 e em 2016 houve aumento de 38,3% no número de vítimas e novamente a maior parte delas eram mulheres negras.

Isso evidencia duas coisas. A primeira é que o racismo é um fator que intensifica essa violência. A segunda é que lutar por leis é importante e urgente para garantir condições dignas a toda população dentro do sistema capitalista, mas que elas sozinhas são insuficientes.

Mais uma evidência disso é o Brasil ocupar a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio. Duas em cada três mulheres vítimas de feminicídio em 2020 eram negras, o que representava 62% das vítimas de feminicídio no Brasil⁴. Das demais vítimas 36,5% eram brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Ser mulher e negra no Brasil significa trabalhar mais, ganhar menos, estar mais expostas a violência e viver limitadas as oportunidades em um mercado de trabalho. Por isso, a nossa solução não está nas urnas e não está dentro do sistema capitalista.

Negras e negros ainda sofrem a violência: o capitalismo mantém a herança da escravidão

No Brasil, um negro tem maior risco de ser morto, pois as vítimas negras representam 77% das pessoas assassinadas. No RS, a taxa de homicídios mesmo sendo menor, os negros ainda são os que mais são assassinados.

As mulheres negras correm mais risco de serem mortas do que as demais⁵. Em 2019, 236 mulheres foram assassinadas no Estado (não apenas casos de feminicídios). Dessas, 22,7% são identificadas como negras, mas cabe salientar que a população negra do Estado é um pouco mais de 14%. Os casos em que a vítima é negra tem aumentado⁶.

Outro fato importante a ser enfatizado é número de casos de racismo do RS, que nos coloca como o Estado mais racista de todo país. E mais uma vez são as mulheres negras a ponta de lança deste ranking. A professora Maristela, de Campo Bom, que exerce o magistério há mais de 24 anos, após ser discriminada em plena sala de aula,

⁴ 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁵ Atlas da Violência

⁶ O salto de 2009 a 2019 foi de 44,4% no mesmo período (de 36 para 52). Já entre aquelas identificadas como não negras houve redução de 4,8% (de 186 para 177).

foi obrigada a se afastar para cuidar da saúde, pois racismo adocece e mata. Também evidencia esse fato o caso de Jane Beatriz Machado da Silva⁷, assassinada durante uma ação da Brigada Militar na Vila Cruzeiro em Porto Alegre.

Isto mostra a face cruel do capitalismo, que impõe a marginalização de uma enorme população utilizando do machismo e racismo. A polícia, as prisões, o assassinato, a fome, esse é o lugar reservado a quem construiu esse país com séculos de trabalho forçado.

Femicídio contra as mulheres transsexuais e travestis

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo⁸. Em 2018 foram mortas 163 pessoas trans no país, sendo que 97% delas são mulheres transsexuais e travestis. Essas vítimas têm raça e classe, pois 82% delas são pretas e 65% dos assassinatos são direcionados aquelas que são prostitutas.

O processo de exclusão dessas pessoas começa bem cedo e dentro de casa. Travestis e mulheres transexuais costumam ser expulsas de casa aos 13 anos de idade. Estudos mais recentes apontam que essa rejeição pode ter um impacto devastador sobre a vida dessas pessoas, isolando-as dos espaços sociais essenciais ao seu bem-estar, além de provocar um aumento das dificuldades de acesso e continuidade na formação escolar. Por consequência, pela falta de suporte, de apoio, a qualificação profissional se torna inviável, impondo-lhes uma interrupção do processo de acesso à cidadania e empurrando para subalternidade e para prostituição. Assim, essas mulheres passam a ser superexploradas pelo capitalismo, pois 90% da população de travestis e mulheres transsexuais utilizam a prostituição como fonte de renda. Devido à baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, apenas 0,02% do grupo estão nas universidades, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental. Esse conjunto de violências causa enormes impactos na saúde mental dessas mulheres, altos níveis de isolamento e suicídio. Tudo isso se reflete nos altos número de feminicídio da juventude trans no país⁹.

Os oprimidos do mundo se levantam e enfrentam a reação da burguesia

Nas últimas décadas diversos setores oprimidos têm protagonizado lutas e levantado sua voz, não aceitam mais calados a opressão. Tanto as mulheres, quanto os negros, os LGBTIs, os indígenas tem ocupado um espaço e conseguido a solidariedade de amplos setores da juventude e dos trabalhadores. O maior símbolo dessa luta foi a mobilização que tomou conta dos EUA contra o assassinato de George Floyd.

A ultradireita tem sido a ponta de lança da reação contra esses movimentos,

⁷ Promotora Legal Popular da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, mãe, avó e bisavó, servidora da Guarda Municipal de Porto Alegre.

⁸ De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA).

⁹ De acordo com o Mapa dos Assassinatos 2020, 56% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos.

tratando de reforçar todas as ideologias como o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, etc. A consequência dessa reação não fica nas redes sociais, manifesta-se no feminicídio e toda sorte de violência contra todos os considerados inferiores.

Importante ressaltar que a ultradireita procura também ser uma resposta, na crise capitalista, aos avanços das lutas dos oprimidos, objetivando colocar toda a classe trabalhadora na defensiva, objetivo que está longe de ser concretizado, e cujo desfecho se dará na luta de classes.

As alternativas reformistas e identitárias enfraquecem a luta contra o capitalismo

Sempre que há uma luta, dois flancos são usados para o ataque. Uma é a luta frontal. A outra é a que procura enfraquecer o adversário se infiltrando e se apresentando como amigo. Neste caso não é diferente. Além da ultradireita, alternativas burguesas, elogiadas pela grande mídia, colocam aos oprimidos objetivos ilusórios que não ponham em cheque o modelo capitalista.

Essas políticas mostram os grandes avanços das mulheres e dos negros, não como uma luta coletiva, mas como resultados do esforço pessoal, com vários exemplos de empoderamento individual. Baseiam-se na ideologia individualista e liberal própria do mercado capitalista. Para esses ideólogos e intelectuais, as conquistas não são coletivas de classe, mas adaptações possíveis do livre mercado diante de inúmeras ações individuais. Não à toa, outra das políticas é o do empoderamento feminino em postos de comando de empresas, ou do empreendedorismo negro (Black Money), ou até a criação de mercados de produtos para o público LGBTI (Pink Money).

Parte da esquerda e dos movimentos aderiu a teses que colocam a questão da unidade entre todos os oprimidos, sejam burgueses, trabalhadores ou marginalizados, como a possível mudança, sem questionar o sistema capitalista que promove as opressões. São as teses do patriarcado, do empoderamento, do empreendedorismo, sororidade/irmandade de mulheres, do racismo, etc.

A ofensiva deflagrada pelo governo de Bolsonaro contra mulheres, negros, indígenas, LGBTI não tem tamanho. Porém, os governos de Frente Popular de Lula e Dilma, ao governarem para setores capitalistas, também tiveram ações nefastas. Com um discurso de inclusão, como a Lei Maria da Penha, o Bolsa-Família e as cotas, na prática o que se viu foi 0,26 centavos por mulher investido no combate à violência contra mulher; e o desmantelamento do seguro desemprego que, em ampla maioria, atende às mulheres, em especial as negras, que são as primeiras a serem demitidas. Além disto, no governo Lula aumentou enormemente o encarceramento em massa, também de mulheres, principalmente as negras.

Ao fazer alianças com os grandes milionários, o PT e PCdoB não somente aceitaram se subordinar aos interesses dos grandes bilionários capitalistas. Aceitaram negociar todas as reivindicações dos movimentos que depositaram confiança no PT. Muitas

dessas reivindicações foram, ou esquecidas, ou até parcialmente destruídas. Alguns exemplos: o governo Dilma se posicionou contra o aborto, engavetou o kit anti homofobia nas escolas e também fez alianças com Kátia Abreu, uma das figuras políticas que mais se antagoniza contra a luta dos povos originários. Vale ressaltar que a morte da população negra e LGBT cresceu nos governos do PT.

Afirmamos que o inimigo de todos os oprimidos é o sistema de exploração de classe, que usa as diferenças como ideologia que acoberta a maior exploração e a divisão, em proveito dos patrões. Nesse sentido, defender a conciliação entre mulheres burguesas e trabalhadoras, ou negros, LGBTIS, etc, de classes sociais opostas, não nos fortalece.

Por outro lado, não podemos concordar com os stalinistas, que combatem o chamado identitarismo como forma de secundarizar a luta de todos esses setores. A classe trabalhadora, se quiser se libertar, terá que entender que deve combater seus próprios preconceitos e defender a causa dos oprimidos, como única forma de conseguir sua unidade.

PROPOSTAS:

- *Basta de xenofobia e superexploração . Não ao genocídio dos negros. Fim da violência policial, as polícias devem ser desmilitarizadas e serem controladas pelos conselhos populares das comunidades.*
- *Apoio à luta pela regularização da propriedade de todos os quilombos. Indenização somente aos pequenos proprietários. O Estado tem papel preponderante na oficialização e na manutenção dos mais de 200 quilombos no RS, desde de garantir a infraestrutura de água, luz e saneamento necessária, visto que, a maioria são quilombos rurais.*
- *Reparações ao povo negro pelos crimes cometidos durante a escravidão.*
- *Em defesa do direito de decidir, descriminalização e legalização do aborto. Criminalização do LGBTIfobia Por uma política de planejamento familiar e acompanhamento social das famílias de baixa renda.*
- *Salário igual para trabalho igual. Programas de igualdade salarial e de oportunidades de contratação e ascensão profissional para mulheres, negros e LGBTIs.*
- *Grande investimento público no combate a violência machista, racista e homofóbica. Educação anti discriminatória em toda a rede, com formações e debates sobre as diferentes formas de opressão, assim como a educação sexual.*
- *Criação de abrigos com orientação, formação profissional e infraestrutura necessária para acolher e assistir crianças, adolescentes e mulheres que sofrem violência doméstica, física ou sexual.*
- *Serviços públicos como creches, lavanderias e refeitórios, próximos aos locais de trabalho ou moradia, custeadas pelas empresas, para livrar a mulher da carga do trabalho doméstico.*
- *Efetivação de todos terceirizados e cotas para transsexuais em todos os setores produtivos.*

DEFENDER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os brutais assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips na terra indígena Vale do Javari no Estado do Amazonas, escancaram a política genocida implementada pelo governo Bolsonaro contra os povos indígenas. Bolsonaro fala reiteradamente que não vai regularizar nenhuma nova terra e ainda incentiva a invasão de latifundiários, do agronegócio, dos madeireiros e dos grileiros sobre as reservas existentes, além de tentar legalizar a mineração em seu interior e pressionar o Supremo Tribunal Federal para que aprove a tese do marco temporal.

A defesa do armamento pelo atual governo enquadra-se no mesmo objetivo: Permitir que jagunços e pistoleiros a mando desses grupos econômicos expulsem, estuprem e matem os indígenas, desmatando a floresta e explorando as riquezas de suas terras. A Fundação Nacional do Índio, seguindo a mesma orientação, não coíbe e ainda incentiva esses atos.

Os assassinatos são a culminância lógica dessa orientação e representam uma tentativa de calar todos aqueles que denunciam e lutam contra estes ataques aos povos indígenas. Mas o sangue derramado de Bruno Pereira e Dom Phillips não conseguirá deter a luta. A grande repercussão nacional e internacional deixou claro para todos os trabalhadores e o conjunto da população as intenções do governo de exterminar os povos originários para se apropriar do que resta de suas terras e riquezas. Além dos executores do crime, a punição precisa atingir os possíveis mandantes e todos que incentivam esses atos.

Povos originários do Brasil

Os povos indígenas travam uma longa batalha contra sua extinção, pela preservação de suas etnias, seus costumes e principalmente pelo seu território. A tomada de suas terras que começou com o “descobrimento” em 1500 acentuou-se ao longo dos séculos levando-os quase ao aniquilamento. A Constituição de 1988 assegurou alguns direitos como o reconhecimento de suas formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o uso das terras “que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Garantiu ainda que essas terras são “..inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”.

Após a promulgação da Constituição a batalha foi pela demarcação e manutenção dessas terras. A maior ameaça, hoje, a esses direitos é a tese do marco temporal. A tese estabelece que as populações indígenas só podem reivindicar terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. O Supremo Tribunal Federal vai decidir a questão no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, ação em que se discute reintegração de posse movida contra os indígenas Xokleng, em Santa Catarina. A decisão tomada pelo STF gera um precedente, que será aplicado aos demais casos semelhantes. Após o voto do ministro Edson Fachin, contra o marco temporal e o voto do ministro Nunes Marques a favor, o julgamento foi interrompido

em face do pedido de vista do processo pelo ministro Alexandre de Moraes, sem data para ser retomado.

Diversos grupos econômicos e proprietários rurais pressionam pela aprovação do marco temporal. A aprovação representaria um grande retrocesso: “Todas as terras indígenas que foram demarcadas na última década e que tiveram estudos técnicos embasando a ligação dos povos originários com elas, todas essas demarcações seriam simplesmente anuladas”.

O censo de 2010 do IBGE apontava a existência de 817.963 indígenas, agrupados em 305 povos, de 270 línguas diferentes, que reivindicam em torno de 1.296 terras indígenas. A maioria desses povos vivem na chamada Amazônia legal. A maioria de suas terras não estão definitivamente regularizadas como veremos a seguir.

HOMOLOGAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS POR GESTÃO PRESIDENCIAL		TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL	
		Situação	Quantidade %
José Sarney	67	Sem providências	40,86
Fernando Collor	121	A identificar	13,42
Itamar Franco	18	Identificada	3,86
Fernando Henrique Cardoso	145	Declarada	4,63
Luiz Inácio Lula da Silva	79	Homologada	1,23
Dilma Rousseff	21	Portaria de restrição	0,46
Michel Temer	0	Registrada	30,92
Jair Bolsonaro	0	Reservada	2,93

Pela tabela acima podemos observar que as áreas em situação mais consolidada (homologada, portaria, registrada e reservada) representam apenas 35,54%. Portanto a maioria das terras reivindicadas pelos indígenas não estão definitivamente regularizadas.

Povos indígenas no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul vivem (2022) aproximadamente 33.000 indígenas das etnias Kaingang (30.000), Guarani (2.500) e Charrua (cerca de 500). As terras indígenas localizam-se principalmente no norte gaúcho onde a ocupação e os imigrantes não conseguiram dizimá-los totalmente. No sul, onde predominam os latifúndios e o agronegócio, praticamente não há terras indígenas. Os povos originários dessa

área, os Charruas, foram praticamente eliminados. A luta central dos indígenas é pela regularização definitiva de suas terras e para isso precisam enfrentar os grupos econômicos que se opõem fortemente a essa legalização.

O agronegócio e os grandes proprietários fazem intensa campanha contra a regularização dessas terras. Os ataques contra os indígenas incluem expressões preconceituosas como “preguiçosos” e “muita terra pra pouco índio”. Com isso esconde-se o fato de que os indígenas, habitantes originários dessas terras, foram sumariamente expropriados, expulsos e assassinados como, aliás, se vangloriavam alguns imigrantes europeus brancos trazidos para “colonizar” o território gaúcho.*

Os ataques estendem-se às organizações que defendem os direitos indígenas. As acusações são de que estes organismos querem manter os indígenas em atraso econômico com o fim de entregar as terras para outros países. Esse discurso de ódio tem o objetivo claro de introduzir nas terras indígenas o modo de produção capitalista, com extração mineral, plantações e comércio o que, evidentemente, destruiria o modo de vida e a cultura desses povos.

O arrendamento de terras indígenas para agricultores é prática irregular mas costumeira, gerando muitos conflitos entre os próprios indígenas, como expõe a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) alertando para esse “processo que coopta e corrompe lideranças, colocando indígenas contra indígenas em uma política de violência incentivada pelo atual Governo, fomentada pelo agronegócio e que gera mortes”. Tramita no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 187/16), que regulariza esses arrendamentos.

Há inclusive conflitos entre os pequenos e médios proprietários com os indígenas. Lembrando que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) surgiu após uma revolta indígena que resultou na expulsão dos agricultores que ocupavam a reserva Nonoai. Os agricultores que permaneceram nas redondezas das cidades de Nonoai, Ronda Alta e Sarandi organizados, no início da década de 1980 pela Comissão Pastoral da Terra, ligada à CNBB, ocuparam as fazendas Macalli, Brilhante e Annoni, dando origem ao movimento dos sem terras, que acabou identificando, no decorrer de sua luta por reforma agrária, seus verdadeiros inimigos, os latifundiários.

A maioria das terras indígenas não está definitivamente regularizada, representando uma ameaça constante de que esses territórios sejam tomados de seus ocupantes, empurrando ainda mais parte dos povos indígenas para as periferias das cidades. A conquista definitiva desses territórios pelos indígenas significa a sua própria sobrevivência.

Em Porto Alegre, somente a área localizada no Cantagalo (Guarani Mbya) está regularizada. Lami e Lomba do Pinheiro estão em fase de estudos.

No bairro Belém Velho, em 2018, famílias Guarani Mbya retomaram um território indígena na fazenda arado velho, mas estão constantemente ameaçados de despejo pois há um projeto imobiliário de construção de um bairro planejado no local.

PROPOSTAS

- *Defender os direitos dos povos indígenas*
- *Lutar contra a política genocida do governo Bolsonaro contra os povos originários.*
- *Contra o marco temporal*
- *Contra o extrativismo e o arrendamento dos territórios indígenas*
- *Regularização de todas as terras indígenas.*
- *Punição e prisão dos assassinos, dos possíveis mandantes e daqueles que incentivam o massacre dos povos indígenas.*
- *Garantir educação e saúde para essas populações*

SEGURANÇA PÚBLICA SOB CONTROLE DAS COMUNIDADE. NÃO À REPRESSÃO POLICIAL

Insegurança pública: qual a raiz da criminalidade e da violência policial

A única resposta burguesa à questão da criminalidade é a repressão. Por um lado, a burguesia precisa defender a sua propriedade contra uma multidão de despossuídos e inclusive de setores burgueses fora da lei. Por outro lado, legitima a polícia e a repressão apresentando-se como protetora da segurança comum, mas mirando o controle social dos pobres e a repressão a qualquer luta contra o seu poder e riqueza.

A guerra às drogas foi uma política elaborada, a partir dos EUA pós conquista dos direitos civis dos negros, visando controlá-los através da polícia. O resultado foi o encarceramento em massa, e lucro das prisões privadas. Também foi exportada para a América Latina como instrumento de intervenção americana.

Do ponto de vista de combate à criminalidade e defesa da saúde já se provou ser uma farsa absoluta. Alimentou as máfias e a violências seja criminosas ou policiais levou os homicídios a escalas inéditas.

A repressão policial à criminalidade não tem nenhuma chance de fornecer segurança à população. As comunidades sofrem com a violência de traficantes, milícias e polícias. Por mais mortes e prisões, a miséria alimenta de material humano o crime organizado, numa situação de abandono social e desemprego.

Como nos EUA, a juventude pobre e negra sofre com o encarceramento em massa e o tribunal de rua da violência policial. O governo Lula, coerente com a defesa da propriedade burguesa e aliança com os EUA, ao contrário da expectativa, provocou grande aumento do encarceramento em massa.

Existe uma parte da burguesia, que ganha muito dinheiro com as drogas, muito mais poderosa que os traficantes das favelas. Um negócio que movimenta bilhões de dólares no mundo, e não está nas mãos dos moradores da periferia, estigmatizada como potencialmente criminosas.

As drogas não devem ser caso de polícia mas de saúde pública. Para começar a reverter esse processo deve-se descriminalizar as drogas, com o Estado centralizando a distribuição, tendo contato e dando assistência médica e social aos usuários, podendo adotar tratamentos mais humanizados, como a redução de danos.

O racismo e a violência policial

A presença das polícias nas comunidades pobres e nas favelas é uma intimidação permanente, lembrando cotidianamente que a pobreza não pode se revoltar contra a riqueza. No Brasil, essa função da polícia está ligada ao fim da escravidão, quando

os negros foram jogados à margem do mercado de trabalho, já que o projeto era embranquecer o país, usando mão de obra imigrante. Era necessário sufocar a revolta do ex-escravizados. Há um fio de continuidade entre a repressão da polícia e os jagunços e os capitães-do-mato que caçavam os escravizados que fugiam. Inclusive a presença de negros é comum nesses instrumentos de repressão, ou seja, negros usados para a repressão de seus irmãos, uma forma de quebrar sua unidade e sua moral.

Essa herança não é coisa do passado, já que os negros no Brasil são a maioria dos pobres, em especial dos desassistidos pelo Estado, os desempregados e os que recebem menos pelo seu trabalho. A ideologia que naturaliza a repressão associa os negros ao crime.

Para as polícias os negros são os primeiros suspeitos, os que têm muitas vezes por julgamento diretamente as balas. As chacinas e as balas perdidas, nas ações policiais com invasão de domicílios sem nenhuma base legal, são chamados danos colaterais. Outra consequência do racismo são as prisões lotadas de negros e negras.

O caldeirão da revolta negra explodiu nos EUA contra o assassinato policial de George Floyd, numa mobilização que polarizou a sociedade americana, conseguindo apoio de amplo setor da juventude branca.

E para provar que essa realidade é continental, um segurança do Carrefour cometeu assassinato por racismo do João Alberto Silveira Freitas em condições muito semelhantes a de George Floyd. Aqui no Rio Grande do Sul, o racismo e a xenofobia se estendem aos **indígenas e aos imigrantes, igualmente reprimidos**, seja pela polícia, pelas milícias ou jagunços do latifúndio.

A luta contra o racismo e todas formas de opressão, como o machismo, a LGBTIfobia, a xenofobia, cabe fundamentalmente aos trabalhadores, classe que tem como maioria no Brasil as mulheres, os negros e imigrantes. Não é possível vencer a luta pelo socialismo sem unir a classe trabalhadora. Temos todos que enfrentar e exigir o fim da violência policial.

A necessária desmilitarização da Brigada Militar

A necessidade de usar as polícias como controle social a serviço da burguesia, como braço forte do Estado, levou na ditadura militar a generalizar a militarização e criação das Polícias Militares em todos os estados (no Rio Grande do Sul já existia a Brigada Militar). São legalmente forças auxiliares das Forças Armadas, e obedecem a estatuto militar, não estando submetido às mesmas regras e tribunais que a Polícia Civil, o que lhes dá garantias maiores de impunidade quanto aos abusos policiais.

O final da ditadura militar não desmilitarizou as Polícias Militares. As velhas práticas continuaram sendo úteis. Por isso está correta a crítica de grupos das comunidades pobres que dizem que a ditadura militar não acabou nas favelas. Como diz a música do *Rappa*, o “tribunal de rua” continuou executando os jovens negros da periferia.

Quando a disputa da polícia com o tráfico e com as milícias se tornou mais difícil, houve as ocupações das favelas pelo Exército, utilizando o seu *know how* adquirido na ocupação do Haiti durante o governo Lula, a pedido de Bush.

Os direitos dos policiais como trabalhadores e a democratização das polícias

Para se legitimar, as polícias tem que exercer algumas funções públicas, como a segurança pública. O Estado recruta para as forças policiais entre os pobres, ou seja, no mesmo meio social que quer controlar. Muitas vezes o policial é morador das mesmas favelas que são reprimidas. O Estado mantém o controle sobre a polícia através da relação assalariada e a disciplina férrea, fazendo uma verdadeira lavagem cerebral, canalizando toda a violência dos treinamentos para os objetivos do Estado.

Nas lutas da classe trabalhadora cada vez teremos que enfrentar mais a repressão policial, assim como a das Forças Armadas. Os embates decisivos só podem ser vencidos dividindo essas forças, apelando para seu caráter de assalariados submetidos a baixos salários e ao autoritarismo. Temos que neutralizar um setor apelando à solidariedade de classe.

Isso só é possível se também nos solidarizamos com aquelas reivindicações dos policiais que são comuns a toda a classe trabalhadora, como melhores salários e condições de trabalho, direitos trabalhistas, sindicais, direito de greve e de manifestação política. Também temos que combater o autoritarismo dentro das polícias, que os faz reprimir sem pensar. Democratização das polícias, desmilitarização, eleição dos chefes pela tropa.

Sistema prisional e SUSEPE

O discurso de direita confunde deliberadamente a impunidade para a corruptos e corruptores com o mito de que se pune pouco no Brasil. Em 2020 o Brasil ocupava o terceiro lugar no ranking dos países com maior número de presos no mundo. As péssimas condições carcerárias são causas de motins, que deixam centenas de mortos.

Entre 2008 e 2018, a taxa brasileira de encarceramento cresceu 49%. Boa parte desse crescimento deveu-se à lei Nº 11.343/2006 do governo Lula, que deixou subjetiva a avaliação da quantidade de droga considerada tráfico. Assim, enquanto nas favelas uma apreensão gera prisão por tráfico, a mesma quantidade em bairros mais ricos é considerada consumo próprio.

Para agravar a situação, o Judiciário também não dá conta de tantos presos. 41% dos presos no Brasil ainda aguardam julgamento. Ou seja, ainda podem ser inocentados, mas passam anos encarcerados sem condenação, situação inimaginável para um rico ou político, com assessoria jurídica. A quantidade de detentos não condenados nas cadeias brasileiras subiu 1253%, de 1990 a 2010.

O Rio Grande do Sul em 2020 passou de sexto a quarto Estado com mais presos. Com 42 mil detentos, registrou aumento de 31% da população carcerária em apenas cinco anos. A situação tornou-se visível e escandalosa com o caso dos presos em bagageiros de viaturas por falta de vagas em presídios, constituindo-se em uma nova e cruel forma de punição.

Quanto ao Presídio Feminino Madre Peletier, onde mulheres em sua maioria foram envolvidas em tarefas menores do tráfico por seus companheiros, a situação é extremamente dolorosa, já que essas mulheres, mesmo as mães, são muitas vezes abandonadas em situações de grande solidão e desamparo. Conforme declara a assistente social Daiana Maturano Dias Martil, que trabalhou neste presídio por mais de 7 anos: 'Minha experiência é que não há reinserção'.

As cadeias superlotadas tinham frequentes fugas em massa. O governo Antônio Britto tomou uma medida que pretendia durar seis meses, a Operação Canarinho, colocando a Brigada Militar (BM) dentro dos presídios. Mas a medida se estende há quase 30 anos. Agora a Assembleia Legislativa votou a substituição da Brigada pela Polícia Penal, que incorpora cargos da SUSEPE.

No entanto, o governo do Estado tinha a intenção de, após grande investimento de dinheiro público, fazer Parceria Público-Privada (PPP) para a administração e serviços nos presídios. Para tanto não quer incluir na Polícia Penal diversos cargos técnicos e de serviços e manutenção dos presídios, que pretende passar a empresas privadas. Em agosto, a votação em segundo turno vai decidir esse embate do governo com a AMAPERGS, sindicato dos servidores penitenciários.

A burguesia e seus governos não tem interesse em resolver esses problemas atacando suas causas, já que precisa das punições e prisões para manter o respeito ao seu patrimônio. Não quer acabar de fato com o tráfico e a guerra às drogas, que é instrumental para criminalizar a pobreza, em especial o povo negro. Também não quer gastar dinheiro público, que destina aos bancos e a incentivos fiscais às grandes empresas, para sequer aliviar as terríveis condições sociais que geram a violência e criminalidade.

Sua solução capitalista é manter a repressão, ampliar o sistema prisional e, de quebra, ainda entregar para algum setor privado lucrar.

Um programa para a segurança pública e contra a repressão aos trabalhadores e oprimidos

Para a classe dominante, a polícia, o judiciário e as prisões são antes de tudo uma necessidade própria para defender seu patrimônio e a continuidade de seu sistema de exploração. Não se trata da segurança pública. Trata-se de que, tanto a classe trabalhadora, quanto todos os oprimidos e marginalizados mantenham-se sob a ameaça permanente do Estado, que usa o monopólio legal das armas contra os pobres. A guerra às drogas não tem outro sentido que justificar essa mão forte especialmente

contra os negros. Depois de décadas tirou mais vidas do que as que dizia defender das drogas.

A segurança não pode ter como pilar a polícia, que violenta os trabalhadores e os pobres em vez de protegê-los. Para haver segurança e reduzir a vulnerabilidade social dos jovens diante do crime organizado, **tem que haver emprego e condições dignas** de vida para todos e todas. A auto-organização e auto-defesa das comunidades é muito mais eficaz, sendo que a polícia deve estar sob seu controle.

PROPOSTAS

- **NÃO À REPRESSÃO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES, À JUVENTUDE, AOS NEGROS, IMIGRANTES E INDÍGENAS**

Fim do encarceramento em massa da juventude pobre e negra. Fim dos assassinatos e chacinas. Contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude. Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!

- **DESMILITARIZAÇÃO DA BRIGADA MILITAR. POR UMA POLÍCIA CIVIL UNIFICADA CONTROLADA PELA COMUNIDADE**

As polícias militares são uma herança da ditadura militar. Legalmente são forças auxiliares das Forças Armadas. Respondem a uma Justiça Militar própria que favorece a impunidade dos abusos policiais. Defendemos uma Polícia Civil Unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros.

- **DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍCIAS E APOIO A SUAS REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS**

Eleição dos superiores, direito à participação política, manifestação e organização sindical. Exigência de que os policiais não reprimam os movimentos, solidariedade na luta.

- **DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS**

As drogas não devem ser caso de polícia mas de saúde pública. Para começar a reverter esse processo deve-se descriminalizar as drogas, com o Estado centralizando a distribuição, tendo contato e dando assistência médica e social aos usuários, podendo adotar tratamentos mais humanizados, como a redução de danos.

- **SEGURANÇA NOS BAIROS**

As ruas, as praças, os parques, os becos e as vielas tem que ser retomados, tem de ser alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando, convivendo. Garantir iluminação, *wi-fi*, infraestrutura de áudio e vídeo nas periferias, fomentando atividades culturais, de esporte, lazer e formação, inclusive noturnas.

EDUCAÇÃO E ACESSO AO CONHECIMENTO

A visível decadência da educação existente no Brasil e no Rio Grande do Sul é resultado do crescente abandono dos serviços públicos pelos governos e de reformas gestadas sob orientação de organizações internacionais, interessadas diretamente na privatização e comercialização do ensino. Deliberadamente, a escola pública é desqualificada através do corte dos investimentos necessários, da diminuição das possibilidades de acesso, da precariedade das condições físicas, salas lotadas, péssimas condições de trabalho, redução do número de escolas e turmas, além de salários de professores e funcionários atrasados ou congelados.

Do lado de lá, cresce uma burguesia da educação, com grandes grupos privados se aproveitando da crise da educação pública. Privatizar a educação brasileira corresponde a abocanhar um mercado capaz de atingir mais de 100 bilhões de dólares, transformando um direito básico da população em uma mercadoria valiosa aos super-ricos. A serviço desse objetivo, foram implantadas reformas educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio que buscam apenas formar trabalhadores cada vez mais adaptados à lógica da superexploração do “trabalho flexível”. O acesso real ao conhecimento se torna cada vez mais distante da classe trabalhadora.

Nos últimos dois anos, a tragédia educacional adquiriu uma dimensão ainda maior com a pandemia. A indiferença dos governos Bolsonaro e Eduardo Leite com a vida dos trabalhadores também se manifestou em medidas de economia de recursos, implantação de ensino a distância, privatização e aprofundamento da disparidade entre ricos e pobres.

No Rio Grande do Sul, o governo Leite significou um profundo ataque à educação e, ainda mais violento, aos direitos dos educadores. Durante anos, os salários foram pagos com atraso e chegaram ao mais baixo valor da história após sete anos de congelamento. A retirada dos planos de carreira, triênio e direitos dos aposentados se deu em vergonhosos acordos com a direção do CPERS Sindicato, à revelia das lutas e reivindicações da categoria. Os trabalhadores contratados são explorados brutalmente, com seus direitos sumariamente ignorados.

Somente entre 2016 e 2021, foram fechadas 171 escolas, mais de 7.300 turmas e reduzidos 10.800 professores em sala de aula. A quantidade de escolas que permanecem com falta de educadores cresce em todo o Estado. Quase cinco milhões de jovens e adultos não possuem a educação básica no RS; somente a cidade de Porto Alegre possui 60 mil analfabetos. Nosso Estado ocupa a 3ª pior colocação do país na proporção de alunos matriculados em tempo integral na rede pública.

O governo Leite ainda desferiu ataques específicos à Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do fechamento e proibição de novas turmas e ameaças de fechamentos dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (Neejas). Esse desmonte afeta justamente as pessoas mais vulneráveis, aquelas que não puderam completar o seu ciclo da escolaridade. Hoje, significa especificamente enorme prejuízo nas vidas de

quem precisa dedicar a maior parte de seu tempo em função do avanço da precarização do trabalho. Além disso, desmontar as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) corresponde a negar o direito das populações negras e indígenas de buscarem uma vida mais justa.

A educação dentro do capitalismo está refém dos interesses dos empresários e banqueiros. É preciso destruir esse sistema que explora e oprime a maioria da população para conquistarmos uma educação pública, gratuita e de qualidade para os jovens trabalhadores. É preciso uma revolução dentro e fora das escolas, por isso lutamos por uma escola a serviço da classe trabalhadora! Defendemos que o poder da escola esteja nas mãos da comunidade escolar, dos estudantes, professores e funcionários.

PROPOSTAS

- *Educação pública, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis do fundamental às universidades. Universalização do acesso à escola!*
- *Aumento imediato das verbas para a educação e expropriação dos grupos privados da educação!*
- *Expansão qualitativa do investimento para a produção de conhecimento no Brasil e no RS, na produção científica e tecnológica nas universidades, mas também para além delas. Ampliação e fortalecimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).*
- *Contra as medidas de privatização e as políticas de municipalização. Verba pública somente para a escola pública.*
- *Fortalecimentos e ampliação da rede dos NEEJAs e EJAs, com recursos que permitam a permanência e conclusão dos estudos de todo jovem e adulto que necessitar.*
- *Anulação das reformas e projetos implementados pela BNCC e a Reforma do Ensino Médio.*
- *Políticas educacionais e investimentos que combatam a situação de evasão e abandono escolar, inclusive as situações agravadas pela pandemia.*
- *Retorno imediato do plano de carreira e de todos os direitos retirados pelo governo Leite. Revogação da Reforma da Previdência do governo Leite*
- *Pagamento imediato do Piso Salarial Nacional como básico das carreiras (junto com a reconquista dos planos) para educadores e funcionários com recursos oriundos do combate à sonegação fiscal.*
- *Efetivação dos trabalhadores contratados. Estabilidade no emprego. Fim de qualquer divisão e opressão sobre os educadores.*
- *Concurso público imediato para professores e funcionários com garantia da nomeação.*

- *Não às avaliações externas. Contra a meritocracia.*
- *Combate às políticas de militarização das escolas e os ataques do projeto “Escola sem partido”.*
- *Defesa da autonomia docente e de uma gestão democrática que compreenda Conselhos Escolares representativos e poder de deliberação.*

JUVENTUDE

A juventude no Brasil, nos últimos anos, tem vivido sem muitas perspectivas. Grande parte fica sem acesso à educação e, quando tem, a sua formação acaba não tendo efetividade, em decorrência do número pequeno de vagas de emprego, deixando a maior parte da juventude desamparada. Além disso, o direito ao lazer é negado de fato para juventude trabalhadora.

A educação pública segue sendo destruída, pois, com aprovação da PEC 55 no Senado, aumenta a autonomia do governo em reduzir as verbas. O pagamento da dívida pública consome parte do dinheiro público. Esse dinheiro, que é produzido pela classe trabalhadora e deveria ir para a educação, acaba indo para os bolsos dos banqueiros. Somente em 2022, o Ministério da Educação anunciou um corte de 600 milhões de reais da educação pública. Parte de todos esses cortes destinava-se a aumentar os lucros dos bancos, ou ao grande empresariado, sempre prioridade governamental.]

As escolas públicas do Estado ficam sem estrutura material e há uma redução muito grande de vagas de emprego para professores. Nem a perspectiva de se formar a juventude tem, pois os cortes nas universidades públicas, além de diminuir as vagas e levar o fechamento de determinados cursos, também leva os estudantes cotistas, de origem mais pobre, a se evadirem da Universidade, dependentes que são dos recursos educacionais. O mesmo se dá com a evasão escolar, pois, quanto menos professores e menos estrutura, menos condições os alunos têm de se manter estudando.

Mesmo se formando, a juventude tem que se enfrentar com as dificuldades de conseguir trabalho. No capitalismo, o trabalho é indigno e exploratório, mas mesmo essa condição está sendo negada, dado o persistente desemprego. O capitalismo precisa sempre de um exército de desempregados de reserva, mas a isso se soma no Brasil o processo de desindustrialização e recolonização. Não é coincidência que, em 2020, o IBGE apontou que mais da metade do país estava desempregada.

A juventude tem mais dificuldade de se empregar, dada a inexperience. O IBGE aponta que o desemprego de jovens é maior que as outras faixas etárias da população. Entre os setores oprimidos a situação é pior. De acordo com, IBGE a taxa de desemprego de mulheres é maior que homens. Uma pesquisa da UFMG aponta que 20% das LGBTIs estão desempregadas. O IBGE também aponta que o desemprego de negros é 71% maior que o desemprego de brancos.

No capitalismo, estes jovens são segregados por suas condições raciais, de gênero e sexuais, o que se manifesta no mercado de trabalho. Mas sofrem também a violência direta. O número de jovens negros assassinados no Brasil é imenso. A própria CPI do Senado aponta que, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. A juventude negra é o principal alvo da polícia, muitas torturas e assassinatos ocorrem de forma violenta e arbitrária pelas suas mãos. Essa é uma das marcas racistas do Estado capitalista brasileiro.

As mulheres jovens da classe trabalhadora sofrem com a violência do machismo. Aponta-se que, a cada 10 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. A cultura do estupro recai com força principalmente sobre as mulheres trabalhadoras jovens.

Outros aspectos culturais reforçados pelo capitalismo e pelas instituições do Estado são a homofobia e transfobia. A família e a escola são as instituições que mais violentam psicologicamente as LGBTIs. Entretanto, a sociedade inteira reproduz os preconceitos, levando muitas a serem mortas ainda em sua juventude, ou mesmo serem levadas ao suicídio. Aponta a pesquisa estrangeira americana Pediatrics que jovens LGBTIs têm seis vezes mais tendência a cometer suicídios em relação a outros jovens. Obviamente, no nosso país pode ser diferente, mas é mais uma demonstração do desprezo do Estado sobre as vidas dessas jovens o fato de que não há muita notificação estatal desses suicídios. As notificações são feitas somente por via de ONGs ou associações.

Toda essa opressão é funcional para o sistema capitalista de exploração. Portanto, para solucionar todas essas necessidades da juventude trabalhadora não atendidas, negligenciadas, faz-se necessário construir uma sociedade em que as necessidades humanas sejam pautadas de fato, e não os lucros bilionários das grandes empresas e bancos. Uma sociedade que garanta as necessidades humanas só pode ser uma sociedade em que o planejamento da riqueza social e sua distribuição seja controlado pelos próprios explorados e oprimidos, e não deixado a cargo do mercado, em benefício de uma minoria de bilionários.

Essa sociedade em que os explorados e oprimidos decidam coletivamente o quanto será produzido, o quanto será distribuído é uma sociedade socialista. Uma sociedade socialista é capaz de garantir o pleno emprego, educação gratuita de qualidade e universal e acabar com a violência social e a segregação social.

PROPOSTAS

- *Pela abertura de sistema de cotas para população negra, para mulheres e LGBTIS em todos os postos de trabalho existente, até para novas vagas de emprego que forem criadas com a redução da jornada de trabalho e plano de obras públicas!*
- *Garantia de mais de 10% do PIB para Educação, contra todos os cortes na educação!*
- *Revogação da PEC 55!*
- *Pela garantia de cotas trans na educação pública superior e nos postos de trabalho privados e públicos!*
- *Contra todas as reformas educacionais que destroem a educação!*
- *Pela legalização das drogas e contra a sua criminalização!*
- *Pelo fim da violência policial nas favelas e periferias, pelo fim do encarceramento da juventude negra!*
- *Pelo acesso universal no Ensino Público Superior!*
- *Pelo fim do vestibular!*

- **Contra o movimento escola sem partido!**
- **Por garantia da educação dos povos originários como modelo educacional!**
- **Garantia do ensino da história e da cultura afro brasileiras nos currículos escolares!**
- **Pelo direito a educação sexual e respeito à diversidade de gênero e sexualidade nas escolas!**
- **Pelo direito de se organizar e se auto defender da juventude negra, das mulheres e da população LGBTI!**
- **Pela revogação da reforma trabalhista!**
- **Pela formalização dos vínculos de trabalho de juventude negra e precarizada que trabalha em postos de trabalho terceirizados ou informais ou de aplicativos, com garantias a férias, seguro desemprego e salários que acompanham a inflação!**

MEIO AMBIENTE: A DEVASTAÇÃO CONTINUARÁ ENQUANTO QUEM COMANDAR FOR O LUCRO

O uso irracional dos recursos naturais tem provocado a destruição do meio ambiente em proporções gigantescas. Voltada para os lucros imediatos, a exploração capitalista se move por uma lógica de curto prazo, o que é incompatível com o tempo de recuperação da natureza. O resultado tem sido a contaminação do solo, do ar e da água, a devastação das florestas tropicais, o aumento da temperatura do planeta e o esgotamento dos recursos necessários à sobrevivência humana.

O aumento de 1° na temperatura que existe hoje, já está provocando mudanças importantes no clima, com secas, inundações. A ameaça da ultrapassagem do limite de aquecimento de 1,5° em dez ou vinte anos, provocando lesões irreversíveis em nosso planeta é uma demonstração da urgência na defesa do meio ambiente.

A submissão do Brasil à economia capitalista está por trás da destruição do meio ambiente. A demanda cada vez maior por matérias-primas provocou a expansão da exploração da mineração e das monoculturas de soja, cana de açúcar, eucaliptos etc. O avanço do agronegócio fez com que o Brasil se tornasse o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O resultado é a contaminação dos alimentos, da água e do solo por substâncias químicas maléficas à saúde humana.

O Banco Mundial e os governos estão propondo soluções que levam à mercantilização da natureza. A maioria das ONGs segue por essa via ao estimular “o consumo consciente” de produtos com selos de certificação. Assim, responsabilizam o indivíduo e não o sistema capitalista pela destruição ambiental.

No Brasil, a mercantilização da natureza se dá através de projetos de Créditos de Carbono, chamados de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Os créditos são negociados nas Bolsas de Valores e entre empresas que, por meio de sua compra, adquirem permissão para poluírem. Ou seja, sob o capitalismo a “sustentabilidade” tornou-se mais uma forma de especulação financeira.

Bolsonaro é um defensor aberto da agressão ao meio ambiente, para maximizar os lucros da burguesia. Em 2019 e 2020 foram desmatados 21 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica, os piores índices desde 2008.

A defesa da “passagem da boiada no meio ambiente” por seu ex ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é outra expressão disso. Mas o problema não é só Bolsonaro. No mundo todo, os governos de “esquerda” e de “direita” fazem conferências e acordos que não mudam nada. Não mudam porque dá mais lucros para as grandes empresas seguir atuando como agora. Sem uma ruptura com o capitalismo, a humanidade está ameaçada.

Temos que barrar o avanço do latifúndio e do agronegócio, defender os pequenos agricultores rurais e os povos tradicionais. Hoje no Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. Estes senhores latifundiários, donos das

grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola fornecido pelo Estado.

No Rio Grande do Sul não é diferente. A concentração de terra na mãos de poucos é cada vez maior e, para beneficiar ainda mais os latifundiários do agonegócio e a indústria da mineração, Eduardo Leite aprovou na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2019, diversas mudanças no Código Ambiental Estadual.

Seguindo a cartilha de Bolsonaro e Mourão, com apenas uma audiência pública e sem qualquer discussão com os trabalhadores do campo e da cidade e entidades de preservação ambiental, foram alterados quase 500 pontos do antigo Código que prejudica em muito o controle e fiscalização.

Dentre as alterações está o chamado “autolicenciamento”, em que basta a mera declaração, via internet, do proprietário da terra de que está atendendo as diretrizes de preservação ecológica para que seja autorizada a exploração da terra, sem qualquer tipo de vistoria prévia por parte de técnicos sobre a veracidade das informações.

É liberação total, a “passada da boiada” para o aumento da destruição da natureza, dando carta branca para que o agronegócio expanda os seus negócios e o lucro de alguns poucos, acarretando prejuízos irreparáveis para a população.

Outra alteração diz respeito às mineradoras que poderão iniciar a implantação de empreendimento, com instalação de cavas, prédios, garagens, usinas de beneficiamento, sem que os moradores das áreas afetadas ainda tenham sido reassentados, expulsando, na prática, essa população de suas casas.

Além disso, o novo Código Ambiental flexibiliza a preservação ambiental das dunas, facilitando a exploração de minerais nas margens de lagoas.

Segundo o Presidente da Afepam (Associação dos Servidores da Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente, Nilo Sérgio Fernandes Barbosa, *“Ao contrário da lei anterior, que definia as “dunas frontais, nas de margem de lagoas e nas parcial ou totalmente vegetada” como áreas de preservação permanente, a lei atual diz apenas que as “dunas frontais do Oceano Atlântico” precisam ser protegidas. Segundo Barbosa, isso abre espaço para a exploração das dunas internas, comuns na região sul do Estado. É de uma região de dunas, entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, que a RGM (Rio Grande Mineração SA) quer extrair minerais pesados. A empresa já obteve Licença Prévia, neste caso do órgão de licenciamento federal, o Ibama.”*¹

É necessário revogar essas alterações e, em conjunto com um projeto nacional, impor um desenvolvimento econômico em acordo com as necessidades dos trabalhadores e da população e da preservação do meio ambiente. E, para isso, é fundamental enfrentar as grandes empresas para defender o meio ambiente, expropriando os latifúndios, empresas e mineradoras que destroem o meio ambiente, colocando-os sob controle dos trabalhadores. Combinado com isso é preciso desenvolver fontes limpas de energia, como a eólica e outras, além de ampliar a geração de energia elétrica com preservação ambiental.

¹ <https://oeco.org.br/reportagens/novo-codigo-ambiental-do-rs-e-aprovado-sem-passar-pela-comissao-de-meio-ambiente/>

PROPOSTAS:

- Não aos empreendimentos que avançam sobre as áreas verdes. Fim do desmatamento, em defesas da nossa fauna, floras e rios.
- Estatização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, de empresas que provocam desastres ambientais, do agronegócio e da indústria extrativista e proibição de privatização e desnacionalização da água.
- Defesa das Áreas Naturais e Rurais e retomada da Comissão de incorporação dos Corredores Ecológicos, resistindo aos retrocessos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, incluindo retomada das Áreas Rurais de Porto Alegre, promovendo-se a revisão do licenciamento dos grandes empreendimentos.
- Valorização de praças, parques e jardins, sem privatização dos serviços, com participação de moradores.
- Fortalecimento da política de Arborização Urbana, realizando-se uma auditoria quanto à podas e supressões indiscriminadas e sem motivação ou responsabilidade técnica.
- Apoio total a agricultores agroecológicos, às feiras de orgânicos e agroecológicos, aos Caminhos Rurais, ao turismo rural e ecológico nos morros (com parceria com comunidades), orla e ilhas do Rio-Lago Guaíba.
- Incentivo às hortas comunitárias e escolares, com plantios de orgânicos.
- Promoção de políticas direcionadas aos produtores rurais que facilitem o licenciamento, transporte, comercialização da produção agrícola.
- Tornar o Estado do Rio Grande do Sul como território livre de agrotóxicos e transgênicos.
- Em áreas de risco, com diálogo e participação das comunidades e da Defensoria Pública, possibilitar um programa voluntário de reassentamento digno e participativo de habitações que sofrem risco de desabamentos.
- Promover ações de despoluição e desassoreamento de cursos d'água com métodos de baixo impacto, reduzindo enchentes e contaminações.
- Preservação da orla do Guaíba e combate a poluição e a contaminação de sua água que é consumida pela população.
- Incentivo à incorporação de transporte coletivo elétrico progressivamente com metas quantitativas e temporais, eliminação gradual de frota de ônibus a diesel.
- Incentivo às ciclovias, com participação da sociedade no planejamento de novas rotas, e outras formas de mobilidade fora da supremacia e da poluição do automóvel particular.
- Retomada dos programas e projetos de educação ambiental, em especial nas vilas com a possibilidade de retomada de circuito de atividades fora das salas de aula, em parques e áreas naturais.